

Roque Sofia



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 30 de setembro de 2016

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Proposta de Protocolo ATL de Verão 2016 – Juntas de Freguesia do Concelho/Junho a Setembro de 2016
- 2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Fornecimento de refeições e transporte para equipa do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – Escavação da Anta do Deserto 24 em Foros de Vale de Figueira
- 3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Requalificação da Casa Mortuária na Freguesia de Foros de Vale de Figueira
- 4º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Realização da Feira Franca
- 5º. Ponto – Proposta de Adesão do Município à Associação das Vilas e Cidades Cerâmicas
- 6º. Ponto – Suspensão Parcial do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo/ Estabelecimento de Medidas Preventivas
- 7º. Ponto – Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua
- 8º. Ponto – Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor-o-Novo
- 9º. Ponto – Proposta de Aquisição de Serviços – Seguros – Autorização de despesas e decisão de contratos – Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia
- 10º. Ponto – Conselho Municipal de Segurança – Deliberação sobre a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança
- 11º. Ponto – Integração de parcelas do domínio público em domínio privado municipal em Lavre
- 12º. Ponto - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. Semestre de 2016/Município de Montemor-o-Novo
- 13º. Ponto – Parecer sobre o Projeto Lei nº231/XIII – Reposição de Freguesias – Grupo Parlamentar do PCP
- 14º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos desta sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando os presentes na sala e referindo não ter recebido nenhum comentário acerca da gravação da última sessão, a qual remeteu a todos os eleitos. Informou de seguida que vai ser feita a transmissão em direto da sessão, apesar da disposição da sala não ser a ideal para utilizar este equipamento. Nos testes realizados pelo serviço de informática, verificou-se que as imagens dos eleitos sentados nas terceiras e quartas filas, não são captadas pelo equipamento, por essa razão, e se assim o entenderem, poderão levantar-se quando estiverem a usar da palavra.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

Roque Sofio

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela da Visitação, Duarte Manuel Vicente da Luz, Duarte Manuel Relvas Ribeiro em substituição de Maria Helena Sabino Salvaterra, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, João António Abrantes Caldeira, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Susana do Carmo Picanço, Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão os eleitos: Dário Miguel Tregeira Coelho, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos e Telmo Filipe Marques Caldeira, tendo os mesmos justificado a sua ausência.

Estiveram ainda presentes, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Palmira Catarro e Carmen Carvalheira e os Srs. Vereadores António Pinetra, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Foi colocada à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia vinte e quatro de junho de 2016, tendo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural apresentado uma proposta de alteração à mesma.

O documento foi depois colocado à votação com a introdução da proposta apresentada, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para fazer referência à Lei nº34/2015 de 27 de Abril, que aprovou o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional e no âmbito do qual conferiu à empresa Infraestruturas de Portugal poderes para fiscalizar os acessos às Estradas Nacionais, regionais, entre outras, bem como os seus respetivos licenciamentos.

A União de Freguesias teve conhecimento que alguns dos proprietários de estabelecimentos comerciais, na cidade, no Cortiço e em Silveiras, terão sido já notificados para procederem à regularização do respetivo acesso.

Afirmou ainda que posteriormente foi publicada a Portaria 357/2015, que veio estipular as taxas a cobrar pelos referidos licenciamentos, referindo como exemplo que apenas pela abertura do processo de licenciamento o valor a pagar ascende a quinhentos euros.

Manifestou grande preocupação pela situação, uma vez que qualquer acesso a estas estradas pode vir a ser taxado, inclusive das casas de habitação, considerando importante dar esta informação aos eleitos na Assembleia Municipal.

Pediu para intervir o eleito Senhor Carlos Zorrinho saudando o facto da sessão poder estar a ser seguida pelos interessados. Referiu que também os eleitos pelo Partido Socialista estão preocupados com as consequências resultantes da aplicação da referida legislação.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre salientando a importância das obras ainda por realizar na União de Freguesias, nomeadamente a requalificação das Escolas de Lavre e Cortiçadas de Lavre, o Parque Infantil de Cortiçadas de Lavre, a Estrada Alto da Mata para a Pitamariça, assim como de Lavre para o Ciborro.

Salientou ainda a preocupação dos encarregados de educação dos alunos que frequentam o ensino secundário, pelo trajeto realizado entre o terminal da rodoviária e as escolas.

Pediu para usar da palavra o eleito Senhor Augusto Pascoal afirmando que o Parque Infantil de Cortiçadas de Lavre se encontra quase destruído, oferecendo perigo a quem o frequenta. O edifício do Centro Cultural apresenta fissuras nas colunas de suporte e chove em vários locais, no seu interior, pelo que considera necessária alguma urgência numa intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Senhor Manuel Coelho, o qual afirmou ter gostado da Feira da Luz, enaltecendo a importância da parte económica do

evento. Referiu ainda que após o 25 de Abril, houve quem tentasse mudar o nome da Feira. Saudou a Câmara Municipal pela excelente organização apresentada, bem como as empresas participantes, em especial a Apormor.

Pediu a palavra o eleito Senhor Joaquim Bastos que se referiu à higiene e limpeza das ruas e espaços verdes, considerando que, apesar de reconhecer a existência de falta de funcionários, bem como o impedimento legal para novas contratação, na sua opinião seria possível rentabilizar o trabalho recorrendo ao uso de novo equipamento e investindo na modernização, libertando assim funcionários para outras tarefas.

Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela manifestando grande preocupação pelo facto da viatura de lavagem de contentores não se ter deslocado durante todo o período do verão à freguesia de Cabrela. Alertou ainda para o facto de haver ruas em que a recolha de lixo, é feita com muito pouca regularidade.

Pediu a palavra o eleito Senhor António Xavier apresentando um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, a qual se transcreve de seguida:

Tendo em conta a especial severidade dos incêndios que no presente ano assolaram Portugal, nomeadamente os ocorridos durante a Fase Charlie do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais/2016, e porque nunca é demais referir a abnegação de todos os Soldados da Paz, bem como os princípios e valores em que fundamentam a sua actividade, propõe o CDS/PP de Montemor-o-Novo que esta Assembleia Municipal, aprove este Voto de Louvor e Reconhecimento, como forma de enaltecer os princípios fundamentais do Voluntariado como são a solidariedade e o altruísmo. Este Voto de Louvor e Reconhecimento destina-se a todo o Corpo Ativo, onde se incluem Voluntários, Profissionais e Auxiliares que tornaram possível e amplamente reconhecida a atuação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo de Norte a Sul do nosso País, bem como a transmitir a todos o devido reconhecimento por parte de uma população agradecida.

Sobre o documento apresentado, o eleito Senhor António Danado afirmou que subscreve o voto de louvor, reconhecendo o trabalho de todos os bombeiros voluntários do país, bem como enaltece o trabalho realizado pelos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo fora do nosso concelho.

Interveio o eleito Senhor Carlos Zorrinho afirmando que a bancada pelo Partido Socialista também subscreve o documento.

Foi colocado à votação o documento, tendo sido aprovado por unanimidade.

Retomou o uso da palavra o eleito Senhor Antonio Xavier para apresentar uma recomendação, a qual se transcreve de seguida:

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo

No passado mês de Maio de 2016, as chuvas fizeram desabar parte do muro do Jardim Público. Tal desastre obriga a que a Câmara Municipal leve a cabo as devidas obras de requalificação da área afetada.

Aproveitando as obras de requalificação que terão de acontecer, o CDS/PP de Montemor-o-Novo PROPÕE a esta Assembleia, através de V. Exa., que se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que promova todas as diligências necessárias à transferência do busto do Mestre Simão da Veiga Júnior para perto da Praça de Toiros, assim que essas mesmas obras tiverem início.

Esta é uma proposta que visa somente dar lugar de destaque, e para todos os efeitos mais natural, àquele que foi, no seu tempo, "O Cavaleiro Tauromáquico de Maior Projeção Internacional". É, Também, uma forma de valorizar o nosso património, lembrando a importância da tauromaquia como marca e identidade cultural do nosso concelho, o nosso passado e um Montemorense que se destacou como muito poucos o fizeram no seu meio.

O eleito decidiu retirar a recomendação, após algumas dúvidas colocadas por vários eleitos, nomeadamente sobre a opinião da família de Simão da Veiga sobre o assunto e a razão daquela localização.

O mesmo eleito apresentou seguidamente uma outra recomendação, a qual se transcreve de seguida:

O CDS-PP de Montemor-o-Novo está empenhado em valorizar as entidades e figuras montemorenses que elevam o nome da nossa cidade.

Assim e considerando que:

- O Coral de S. Domingos foi fundado em 1987 e que celebrará, assim, 30 anos de atividade no próximo ano.

- O Grupo realizou as seguintes atuações internacionais: Bélgica (1992); Itália (1993); Espanha (1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2000, 2005 e 2010); França (1996 e 2004); Bulgária (1998); Madeira (1999); Polónia (2000) e Suécia (2001);

- Recebeu em Montemor corais vindos da Bélgica, Itália, Espanha, Bulgária, Madeira, Polónia, Suécia, França e Brasil.

- Em Fevereiro de 2002, o Coral de S. Domingos e a pianista Maria João Pires foram propostos como candidatos portugueses ao Prémio UNESCO e do International Music Council;

- Tem participado em dezenas de Encontros de Coros e Festivais um pouco por todo o país;

- Promove, anualmente, o Encontro de Coros da Cidade, o Concerto de Aniversário, o Concerto de Outono e os Cantares ao Menino em colaboração com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;

- os 40 cantores, que dão corpo e voz ao Coral de S. Domingos, são todos naturais de Montemor-o-Novo;

- O Primeiro-ministro português António Guterres declarou o Coral de São Domingos Instituição de Utilidade Pública, por despacho de 27 de setembro de 2000;

- Não havendo, no nosso entender, dúvida de que o Coral de São Domingos presta um serviço público à nossa comunidade;

- E, ainda, a vasta biografia que junto em anexo;

Entende o CDS/PP de Montemor-o-Novo ser justa uma homenagem que dê o devido destaque ao Coral de S. Domingos, assim:

Propõe a esta Assembleia, através de V. Exa, que aprove uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que seja atribuída uma Medalha de Mérito Municipal a esta instituição. (Anexo 1: Encontra-se anexo a esta ata)

Pediu para usar da palavra o eleito Sr. Guilherme Franco referindo ter alguma dificuldade em votar o documento por desconhecer quais os critérios para atribuição de medalhas de mérito.

Usou da palavra, o eleito Sr. Carlos Zorrinho considerando que tal como o Coral de S. Domingos haverão muitas outras instituições também merecedoras de medalhas de mérito. É um assunto que exige uma análise mais aprofundada, para ser tomada uma decisão. O eleito pelo CDS/PP, poderia ter apresentado o documento apenas como uma sugestão.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. José Grulha, o qual enalteceu o valor do Coral de S. Domingos, no entanto considera que no Concelho, existe um grande conjunto de instituições, que também mereciam a mesma distinção.

Pediu para usar da palavra, o eleito Sr. António Danado, considerando prematuro votar favoravelmente este documento, sem uma melhor análise. Propôs que a recomendação possa integrar a ordem de trabalhos de próxima sessão. Não é competência da Assembleia Municipal tomar a decisão de atribuir medalhas, apenas pode decidir sobre recomendações à Câmara Municipal.

Foi colocado à votação o documento, pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o qual foi rejeitado, por dezanove votos contra, quatro abstenções e um voto favorável.

Interveio de seguida o eleito Senhor António Fitas para congratular a Câmara Municipal, em colaboração com o Espaço do Tempo, pelos excelentes espetáculos proporcionados aos

montemorenses, na passada semana, um com a Orquestra Metropolitana de Lisboa e o outro com a Companhia Nacional de Bailado, salientando ser um grande investimento na Cultura.

Foi o eleito pelo Partido Socialista, Senhor Augusto Pascoal que interveio de seguida afirmando que concorda de todo com a intervenção do Senhor António Fitas.

Ainda no período antes da ordem do dia, interveio o eleito Senhor João Caldeira, alertando para a situação dos semáforos existentes na Carreira de S. Francisco, que já provocou acidentes.

Sobre o mesmo assunto, o eleito Senhor José Grulha reforçou o alerta e na sua opinião a Câmara Municipal deveria fazer chegar à Guarda Nacional Republicana uma recomendação para que a situação seja resolvida. A população da cidade sente-se prejudicada. A Câmara Municipal deverá também chamar a atenção da EDP, para vários locais da cidade, em que a falta de iluminação se arrasta há meses, nomeadamente na Praça Cândido dos Reis, junto ao Monumento aos Resistentes Antifascistas, entre outros, disse ainda o mesmo eleito.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, informando que têm chegado à Junta de Freguesia muitas reclamações e uma vez que via telefone é praticamente impossível ser atendido, as reclamações estão a ser enviadas por email para o site da EDP.

Também sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural informou que as funcionárias da Junta de Freguesia têm sentido muita dificuldade em contactar a EDP via telefone e posteriormente a resolução dos problemas é bastante demorada.

Pediu para intervir a Senhora Presidente da Câmara Municipal informando que também o Município já foi notificado sobre as intervenções realizadas na via pública, as quais são também alvo de pagamento obrigatório à empresa Infraestruturas de Portugal, salientando que todas as questões começaram a surgir a partir da altura em que mudou o estatuto da referida entidade, deixou de ser um serviço público para passar a ser uma sociedade anónima. Relativamente às intervenções a realizar na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, a Câmara Municipal tem todas as situações identificadas, sendo que umas terão resolução mais célere que outras.

Disse ainda que, a Câmara tem tido muitas dificuldades em dar resposta às questões relacionadas com a higiene e limpeza das ruas e espaços verdes na cidade. Foram tomadas medidas no sentido de melhorar estas situações, nomeadamente a aquisição de novos equipamentos, assim como a contratação de mais funcionários, cujo procedimento de concurso se encontra a decorrer.

A viatura de lavagem de contentores é utilizada em parceria por quatro municípios, as dificuldades sentidas no período do Verão, estiveram relacionadas com a falta de pessoal. Solicitou à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela que enviasse à Câmara Municipal a indicação da rua em que se tem verificado a falta de recolha de lixo.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de trabalhos:

1º. Ponto – Proposta de Protocolo ATL de Verão 2016 – Juntas de Freguesia do Concelho/Junho a Setembro de 2016.

Relativamente a este primeiro ponto a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou tratar-se uma proposta para realização de ATL de Verão, semelhante a anos anteriores quer em termos de apoios da Câmara Municipal, quer em termos de valores sendo competência da Assembleia Municipal a sua aprovação.

Não havendo pedidos para usar da palavra, o documento foi colocado à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Fornecimento de refeições e transporte para equipa do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – Escavação da Anta do Deserto 24 em Foros de Vale de Figueira

Joaquim Bastos

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que esta proposta está relacionada com o apoio dado pela Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira no transporte e refeições da equipa técnica do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa neste trabalho de investigação, sendo que através deste Protocolo a Câmara irá ressarcir a Junta de Freguesia do valor destes custos.

Não havendo pedidos para intervenção sobre este ponto, foi colocado à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Requalificação da Casa Mortuária na Freguesia de Foros de Vale de Figueira

Quanto a esta proposta, a Senhora Presidente da Câmara afirmou tratar-se de um apoio a uma intervenção a realizar na Casa Mortuária pela Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Pedi a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos, referindo não entender a razão pela qual algumas freguesias levam anos a ter os seus projetos aprovados, enquanto outras o fazem rapidamente.

Em resposta à questão, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que no âmbito da Descentralização de Competências, são colocadas questões quer por parte da Câmara Municipal quer por parte das Juntas de Freguesia, são acordados os termos para serem concretizadas. Algumas decerto foram mais céleres que outras. Acrescentou ainda que neste momento estão ser analisadas questões com todas as Juntas de Freguesia do Concelho, que serão posteriormente apresentadas para aprovação.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada a proposta a votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Realização da Feira Franca

A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que se trata de um apoio acordado com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, à semelhança de anos transatos.

Pedi a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Sra. Paula Martins para referir que concorda com este apoio, no entanto deixou o apelo, para que também as outras festas anuais que têm lugar nas diferentes freguesias, possam ter algum apoio monetário.

Interveio de seguida o eleito Senhor Joaquim Bastos afirmando que a Junta de Freguesia de Cabrela apresentou proposta à Câmara Municipal para a realização da Feira Anual, a qual nunca foi aprovada.

Pedi a palavra o eleito Senhor José Grulha, questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre qual a razão para ter sido recusado este apoio.

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tem conhecimento dessa proposta por parte da Junta de Freguesia de Cabrela, esclarecendo que no que respeita à Feira Anual realizada em Santiago do Escoural, é um processo tratado anualmente em que mediante a apresentação de um orçamento a Câmara Municipal propõe a atribuição desse apoio.

Não havendo outros pedidos de intervenção, foi colocado o documento à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5º. Ponto – Proposta de Adesão do Município à Associação das Vilas e Cidades Cerâmicas

A Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que se trata da adesão do Município à referida Associação, a qual tem como sócios um conjunto de autarquias com a mesma preocupação da promoção e valorização do património cerâmico. A participação de Montemor-o-Novo será principalmente através da componente do conhecimento e da investigação.

Considera ser uma boa proposta para integração do Município nas rotas de promoção nacionais e internacionais.

O eleito Senhor Guilherme Franco pediu a palavra para referir a importância da promoção do nosso turismo fora de Montemor.

Interveio o eleito Senhor Joaquim Bastos para colocar uma questão sobre um artigo existente nos Estatutos da Associação, o qual faz referência à comercialização de ofertas cerâmicas. A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata apenas de uma perspetiva do ponto de vista estratégico.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

6º. Ponto – Suspensão Parcial do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo/ Estabelecimento de Medidas Preventivas

Sobre esta proposta a Senhora Presidente da Câmara afirmou que a mesma está relacionada com a suspensão do Plano de Urbanização na Zona Industrial da Adua, propondo-se a expansão apenas de sete lotes e não de toda a expansão anteriormente prevista, conforme identificados no documento. A referida suspensão implica obrigatoriamente a apresentação de medidas preventivas, as quais já foram submetidas e tiveram parecer favorável da CCDR.

Não havendo pedidos de uso da palavra, foi colocada a votação a proposta.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7º. Ponto – Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua

Quanto a esta proposta, foi referido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal que a mesma tem por objetivo reavaliar outras condições para o ordenamento do referido espaço.

Sobre o tema, o eleito Senhor António Xavier afirmou que se torna necessária esta reavaliação uma vez que a Câmara não tem tido capacidade para atrair empresas para aquela zona.

Não havendo outros pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

8º. Ponto – Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor-o-Novo

Relativamente a esta proposta, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que se trata da versão final do Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor-o-Novo, submetida a discussão pública, e no qual foram ponderados os vários contributos recebidos.

Estão previstas três áreas operacionais de intervenção, o espaço exterior público e de utilização coletiva, os equipamentos e edifícios municipais e o tecido comercial e serviços.

Para além disso é apresentado um Mapa de faseamento das diversas intervenções, a desenvolver entre 2016 e 20125.

Pedi a palavra o eleito Senhor António Xavier perguntando como se prevê que venha a funcionar o sistema de transporte público dentro da cidade.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que terão que ser ainda avaliadas as questões relacionadas com a sustentabilidade económico-financeira desse sistema de transportes.

O eleito Senhor Joaquim Bastos usou da palavra para alertar que é necessário também ter em atenção as condições de acessibilidade fora da cidade, nomeadamente quanto a passeios, etc.

O eleito Carlos Zorrinho referiu que o documento tem sido definido pela Sra. Presidente da Câmara apenas como uma estratégica, ainda não muito detalhada, sendo que na sua opinião não deveria ser apresentado como um Plano de ação.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara, afirmou que nesta fase o fundamental é ter um Plano aprovado no sentido de enquadrar candidaturas, sendo que algumas questões carecem de outros estudos autónomos.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, foi colocado à votação do documento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

9º. Ponto – Proposta de Aquisição de Serviços – Seguros – Autorização de despesas e decisão de contratos – Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia

Trata-se de uma proposta que carece de autorização por parte da Assembleia Municipal, uma vez que o valor do procedimento excede o valor anteriormente autorizado com as Opções do Plano para 2016.

Foi colocado á votação o documento.

Deliberação: Aprovada por maioria com 23 votos favoráveis dos eleitos pela CDU, PS e CDS/PP e 1 abstenção de um eleito pelo PS.

10º. Ponto – Conselho Municipal de Segurança – Deliberação sobre a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança

Foi iniciado o processo para elaboração da proposta de regulamento numa das sessões anteriores desta Assembleia Municipal, o qual foi posteriormente apresentado aos eleitos do Conselho Municipal de Segurança, que agora o remete à Assembleia Municipal para aprovação como documento final.

Não havendo nenhum pedido para intervenção, foi colocado à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

11º. Ponto – Integração de parcelas do domínio público em domínio privado municipal em Lavre

A proposta apresentada está relacionada com revisão feita ao Loteamento Municipal em Lavre, quanto às suas áreas afetas ao domínio público municipal e ao domínio privado municipal. É competência da Assembleia Municipal a aprovação dessa desafetação.

Pediu a palavra, o eleito Senhor Manuel Coelho, referindo que o referido Loteamento para além de mal projetado, encontra-se também mal localizado. Não considera necessária a construção de Loteamentos Municipais nas freguesias rurais do concelho, nos próximos anos. Sobre este ponto, pediu para intervir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, defendendo que fazia falta um Loteamento Municipal em Cabrela, porque os jovens continuam a procurar casa fora da freguesia.

Retomou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Câmara para salientar que são as grandes dificuldades de acesso ao crédito, assim como as alterações das condições de vida das pessoas, que têm contribuído para a falta de ocupação daquele espaço.

Em Cabrela existe um Loteamento apesar da pouca ocupação que tem.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o documento foi votado.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

12º. Ponto - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. Semestre de 2016/Município de Montemor-o-Novo.

Não houve comentários ao documento distribuído, para conhecimento.

13º. Ponto – Parecer sobre o Projeto Lei nº231/XIII – Reposição de Freguesias – Grupo Parlamentar do PCP

Foi enviado a todos os eleitos o documento recebido por parte do Grupo Parlamentar do PCP, assim como uma proposta de Parecer apresentado pelos eleitos da CDU, a qual se transcreve de seguida:

Considerando que:

- a) O Poder Local Democrático, expressão e conquista de Abril, é pilar fundamental do regime democrático e viu consagrado na Constituição da República os seus princípios essenciais, quer quanto à sua relação com o poder central - descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento de património e finanças próprias, poder regulamentar, - quer quanto à sua dimensão democrática - plural e colegial, com uma larga participação popular, representativa dos interesses e aspirações das populações;*
- b) As freguesias têm, ao longo da história da nossa democracia, desempenhado um inegável papel de desenvolvimento sociocultural das populações e constituíram-se como polos de desenvolvimento local, de coesão social e de sustentabilidade dos territórios, pelo que a afirmação do Poder Local Democrático e as profundas transformações sociais operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida da população e na superação de enormes carências, são inseparáveis das características profundamente democráticas e da sua dinâmica popular;*

- c) As Freguesias não sendo, como é reconhecido, um peso financeiro (usam apenas 0,2% do total do Orçamento de Estado) devem ser - sendo essa a vontade das populações - tal como os municípios, entidades a preservar e arredadas de intervenções marginais impostas;*
- d) A Lei nº 22/2012, aprovada na Assembleia da República apenas com os votos de PSD e CDS, representou um grave atentado contra o Poder Local Democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local;*

Considerando ainda que, no concelho de Montemor-o-Novo,

- a) Uma reorganização administrativa democrática fez-se no pós 25 de Abril e traduziu-se na criação das Freguesias do Ciborro, em 1985 e de Cortiçadas de Lavre, Foros de Vale de Figueira e Silveiras em 1988. Correspondeu à necessidade de desenvolvimento desses territórios e localidades e às justas aspirações das populações pela criação de um órgão representativo local nessas áreas. Os 25 anos que se seguiram provaram a adequação e a justeza da criação daquelas freguesias, não se conhecendo nenhum estudo, avaliação ou proposta que demonstre a necessidade de uma nova reorganização de Freguesias;*
- b) Pelo contrário, os níveis de desenvolvimento, bem-estar social e qualidade de vida atingidos nas Freguesias, que se traduziram no reforço e criação de uma rede de equipamentos coletivos e infraestruturas, na criação de condições para a fixação de população no que das freguesias depende, representaram um salto qualitativo incomensurável na vida destas populações e são fruto do trabalho do Poder Local Democrático e dos seus órgãos representativos*

Tendo ainda em conta que:

- 1. Desde a primeira proposta de intenção de extinção de freguesias os diversos órgãos autárquicos do concelho de Montemor-o-Novo, bem como a sua população, sempre se manifestaram contra este processo por considerarem que:*
 - a) A extinção imposta de Freguesias retirou às populações o órgão do poder político de maior proximidade para a sua defesa e para a resolução de problemas diversos;*
 - b) A extinção de Freguesias não tem nenhuma influência no défice orçamental para o qual as Freguesias não contribuíram, foi apenas uma medida levada a cabo com o intuito de reduzir o número de eleitos e a participação popular no Poder Local que foi conquistada com a liberdade e a democracia em 25 de Abril de 1974;*
 - c) O Governo, de forma antidemocrática, impôs a nulidade do pronunciamento dos órgãos autárquicos (Assembleias de Freguesia, Câmaras e Assembleias Municipais) que se recusassem a colaborar na extinção das Freguesias;*
 - d) A organização administrativa do território resultante do processo de extinção de freguesias, imposto pelo Governo em 2013 é desequilibrada e não corresponde às necessidades das populações e da resolução dos seus problemas;*
- 2. Apesar da imposição legal da extinção das freguesias e dos constrangimentos e obstáculos legislativos a uma política de proximidade, os eleitos e as populações não se submeteram e muitas foram as ações políticas levadas a cabo:*
 - a) Dinamização de campanha de esclarecimento e informação da população contra a Extinção de Freguesias e pela Reposição das freguesias extintas;*
 - b) Participação ativa de eleitos municipais em todas as ações de luta convocadas contra a extinção de Freguesias pela ANAFRE e outras entidades;*
 - c) Aprovação e divulgação, a 9 de março de 2012, em conjunto com os eleitos da Assembleia Municipal e das Freguesias do concelho, da Declaração Contra a Extinção de Freguesias, em Defesa do Poder Local Democrático;*
 - d) Aprovação em Reunião de Câmara, a 14 de março de 2012, e Assembleia Municipal, em 24 de Fevereiro de 2012, da Moção Contra a Extinção de Freguesias, Em Defesa do Poder Local Democrático;*

Moço Sofia

- e) *Pronúncia da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo sobre a aplicação da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, dita de "Reorganização administrativa territorial autárquica, através de Parecer da Câmara Municipal, aprovada em Reunião de Câmara (Extraordinária) de 19 de Setembro de 2012.*
- f) *Declaração conjunta, a 30 de novembro 2012, com a Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, contra a extinção por agregação das Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo, Silveiras, Lavre e Cortiçadas de Lavre;*
- g) *Pronúncia da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo sobre a aplicação da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, e com o mesmo conteúdo, o projeto-lei n.º 320/12, de 29 de novembro de 2012, dita de "Reorganização administrativa territorial autárquica", aprovada por maioria, com dois votos contra do PSD na Sessão de 8 de dezembro de 2012.*
- h) *Elaboração e aprovação, na Reunião de Câmara de 25 de junho de 2014, de Pareceres favoráveis aos Projetos de Lei apresentados pelo PCP pela reposição das Freguesias extintas no concelho de Montemor-o-Novo;*
- i) *Elaboração e aprovação, na Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014, de Pareceres favoráveis aos Projetos de Lei apresentados pelo PCP pela reposição das Freguesias extintas no concelho de Montemor-o-Novo;*
- j) *Apresentadas Moções pela reposição de Freguesias nas Assembleias de Freguesia agregadas;*
- k) *Remetidas à Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, a Tomada de Posição aprovada no dia 13 de abril de 2016 e duas Moções aprovadas em Plenário com a População, quer em Cortiçadas de Lavre, quer em Lavre, no dia 9 de Abril de 2016, o que deixa bem claro que esta luta, mais do que dos eleitos do Poder Local, é sobretudo das populações;*
- l) *Constituída uma Comissão de Luta pela Reposição de Freguesias do Concelho de Montemor-o-Novo, integrada pelos executivos das Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesias, a qual anunciou, no passado dia 5 de maio de 2016 o lançamento da Petição Pública Não Desistimos! Queremos as Nossas Freguesias de Volta!, pela reposição das cinco Freguesias extintas.*
- m) *A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, na sua reunião ordinária de 29 de abril de 2016 aprovou a Moção Pela Reposição das Freguesias, por maioria com um voto contra do CDS/PP.*

Ante o exposto, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 30 de setembro de 2016, delibera:

- Emitir parecer favorável ao Projeto de Lei nº 231/XIII/1.ª - Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias pois em tudo concorda com a Exposição de Motivos apresentada, considerando ainda que a Reposição das Freguesias extintas, nos termos propostos, corresponderá às justas aspirações da sua população, à defesa da identidade local, à efetiva proximidade às populações, contribuindo para o equilíbrio territorial e demográfico, o desenvolvimento e coesão social e territorial do concelho de Montemor-o-Novo.

No âmbito do respeito pelo princípio da Autonomia do Poder Local, reclama ainda a reposição da organização administrativa do território, incidente sobre o Concelho de Montemor-o-Novo, existente antes de 2013.

Montemor-o-Novo, 30 de setembro de 2016

Pediu a palavra o Senhor António Danado afirmou que esta foi uma das questões mais discutida nesta Assembleia, a proposta que a CDU apresenta é da manutenção das decisões aqui antes já deliberadas. Propõe-se, assim, a reposição das freguesias, de acordo com a decisão local de cada uma e dando parecer positivo ao referido Projeto de Lei.

Pediu a palavra o eleito Senhor Carlos Zorrinho, apresentando em nome do Partido Socialista a seguinte declaração de voto: O Partido Socialista é favorável a que as freguesias rurais que

foram forçadas a processos de fusão, pela aplicação da designada Lei Relvas possam deliberar no sentido da reposição da sua autonomia territorial. O reforço do Poder Local e do Poder das freguesias em particular exige no entanto ir mais longe do que a simples reversão da lei atual. Esta aliás em curso um processo que envolve o governo, a Associação Nacional de Freguesias, a Associação Nacional de Municípios para avaliarem esta reorganização territorial e reforçar as competências das freguesias. Por isso, estamos de acordo com o objetivo de Projeto Lei em apreciação no qua diz respeito às freguesias rurais, mas não com a metodologia proposta e esse é o motivo porque nos vamos abster. No entanto, tudo faremos nos lugares adequados para assegurar que as freguesias rurais possam deliberar antes das eleições de 2017, se assim o entenderem. Estamos conscientes que o risco do procedimento que está a ser tido em causa é poder eventualmente não permitir ... antes das eleições autárquicas.

Pediu a palavra o eleito Senhor António Danado para referir que na última sessão o mesmo eleito tinha reiterado o apoio total do Partido Socialista na reposição das freguesias do concelho que foram extintas e agrupadas.

Em resposta à intervenção, o eleito Senhor Carlos Zorrinho afirmou que se revê totalmente nesta afirmação e reforçou que é exatamente o que defende.

De seguida, pediu a palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre referindo não entender a posição favorável manifestada do eleito pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia, Senhor Augusto Pascoal, enquanto que hoje foi aqui referido que toda a bancada irá abster-se.

Sobre a intervenção anterior, o eleito Senhor Augusto Pascoal afirmou que irá abster-se, conforme toda a restante bancada.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu de seguida a palavra ao eleito, Senhor Alexandre Pirata salientando as dificuldades que se verificam atualmente resultantes destas agregações, no que respeita à execução de tarefas, ao atendimento de munícipes, no apoio às populações, etc.

Saúda a decisão de manter todas as sedes das anteriores freguesias em funcionamento, assim como os postos de trabalhos dos funcionários, o que fez com que os efeitos não fossem tão gravosos.

Disse ainda que concorda em pleno com este Projeto Lei, ainda que possa necessitar de alguns ajustes, mas a sua essência é de grande importância para as freguesias.

Retomou o uso da palavra, o eleito Senhor Carlos Zorrinho para dizer que o Partido Socialista defende que as freguesias de Montemor que quiserem voltar ao seu estatuto territorial anterior, possam voltar. No entanto, vão abster-se em relação ao Projeto de Lei porque propõem uma metodologia diferente. Ainda assim, na sua opinião o objetivo é comum.

Pediu de novo para usar da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras afirmando ser de extrema importância uma rápida tomada de decisão. Porque será muito difícil para as populações que esta situação se arraste por mais quatro anos. A referida União de Freguesias já solicitou uma audiência ao Senhor Presidente da Assembleia da República e ao senhor Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local, para apresentar as suas posições, enquanto Junta de Freguesia.

Não havendo outros pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento a votação.

Deliberação: Aprovado por maioria com 15 votos favoráveis dos eleitos pela CDU, 8 abstenções dos eleitos pelo PS e 1 voto contra do eleito pelo CDS/PP.

14º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Pediu a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que já terminou o período de discussão pública do processo de revisão da Carta Estratégica, para recolha de contributos e neste momento decorre a fase de análise dessas sugestões apresentadas. Foi publicado em Diário da República o aviso de discussão pública do Projeto de Regulamento do Conselho

Municipal de Juventude, pelo que de acordo com os prazos, será possível ser apresentada a versão final do mesmo na próxima sessão.

Pedi a palavra o eleito Senhor António Xavier para questionar sobre qual a razão pela qual os quiosques digitais se mantêm desligados.

Perguntou também se estará definida qual será a rua a receber o nome dos Forcados Amadores de Montemor-o-Novo.

Em resposta a Senhora Presidente da Câmara afirmou que estão a ser tomadas medidas para ser reposto o normal funcionamento dos quiosques digitais. Disse ainda que a questão da rua está a aguardar a apreciação da Comissão Municipal de Toponímia.

Concluída a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade esta ata, em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal

Vitalina Roque Sofio

Roque Sofio

A Assistente Técnica

Helena Bazilisa Rodrigues

Helena Bazilisa Rodrigues

BlogueSofia

ANEXO 1: Coral de S. Domingos de Montemor-o-Novo

(Fundado em 1987)

- Janeiro de 1987 - Fundação do Coral de S. Domingos por João Luís Nabo;
- Digressões: Bélgica (1992); Itália (1993); Espanha (1993, 1994, 1996, 1998 1999, 2000, 2005 e 2010); França (1996 e 2004); Bulgária (1998); Madeira (1999); Polónia (2000) e Suécia (2001);
- Abril de 1995- Participação nos "31ères Rencontres Chorales Internationales de Montreux" (Suíça), um dos mais prestigiados e aplaudidos concursos de música coral a nível europeu e mundial;
- Recebeu em Montemor corais vindos da Bélgica, Itália, Espanha, Bulgária, Madeira, Polónia, Suécia, França e Brasil;
- Gravou, a convite da Editora Strauss, SA, de Lisboa- "Da Pacem Domine" (1996), "Mare Fatum Est" (1998) e "Viagens" (2001);
- Programas de Rádio e Televisão: RDP Internacional (1992); Concerto de Natal, transmitido em directo, pela RDP 1 e RDP Internacional, a partir da Igreja da Misericórdia, em Montemor-o-Novo (1996); programa "Natal dos Hospitais", na RTP Canal 1 (1992 e 1996); participação em directo no Programa Praça da Alegria, da RTP1 (1996), no "Jardim das Estrelas"- RTP (1999) e no "Amigo Público" RTP (2000); Missa de Inauguração do Monumento ao Bombeiro, em Montemor-o-Novo, transmitida pela TVI (2005);
- Participou no I e II Cursos de Técnica Vocal, orientados pela Prof. Maria João Serrão (2000, 2001 e 2002) e no III Curso de Técnica Vocal da responsabilidade de Sara Belo e Hugo Sovelas (2006);
- Em Fevereiro de 2002, o Coral de S. Domingos e a pianista Maria João Pires foram propostos como candidatos portugueses ao Prémio da UNESCO e do *International Music Council*.
- Março de 2003 e Maio de 2004 - participou na I e II Feiras Medievais de Montemor-o-Novo;
- Organizou, de 1999 a 2003, no mês de Outubro, em parceria com a Câmara Municipal de Montemor, as *Musicalidades*, uma iniciativa no âmbito da música clássica;
- Em Junho de 2004, recebeu o Diploma de Mérito Cultural atribuído pelo Centro Cultural Recreativo e Popular 1.º de Maio, de S. Geraldo (Montemor-o-Novo).
- Julho de 2004 – apresentação, em estreia mundial, na cidade de Montemor-o-Novo, da peça *Noise of Waters* do compositor norte-americano Jonathan Adams;

- Em Abril de 2005 a música *Señor me cansa la vida*, do compositor espanhol Juan-Alfonso Garcia, interpretada pelo Coral de S. Domingos no álbum *Viagens*, é escolhida pelo realizador escoçês Lee Hutcheon para integrar a banda sonora do filme *In a man's world*.
- Em Abril de 2007, é novamente seleccionado para participar, desta vez, na 43.ª edição do Montreux Choral Festival.
- A convite do coreógrafo Rui Horta, actuou, em Fevereiro de 2009, no Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo, durante a visita do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, ao *Espaço do Tempo*.
- Gravou, com a empresa Rec & Play, o seu quarto álbum, *À Margem*, lançado em Outubro de 2009;
- Tem participado em dezenas de Encontros de Coros e Festivais um pouco por todo o país;
- Colabora regularmente com a Delegação de Évora do Inatel;
- Participou com a Orquestra da Escola de Música de Évora em variados concertos, interpretando conjuntamente obras de Verdi, Mozart, Saint-Saëns e Carl Orff.
- Participou no concerto *Brindemos à Ópera*, com Orquestra Sinfónica Ginásio Ópera de Lisboa, sob a direcção de Kodo Yamagishi e com os solistas Ana Paula Russo, Larissa Savchenko, João Rodrigues e Diogo Oliveira. Interpretou obras de Verdi e Bizet; e, em 2016, num concerto com a Orquestra Clássica da Universidade de Évora, obras de Verdi, Mozart, Bizet, Puccini e Bellini;
- Participou, em 2013, a convite da Ronda dos Quatro Caminhos, no espectáculo comemorativo do 25 de Abril, em Montemor-o-Novo.
- Participou, em Outubro de 2013, a convite do Museu da Água de Lisboa, no concerto comemorativo do Dia Nacional da Água e do 26.º aniversário daquele museu, com um concerto na Mãe D'Água, em Lisboa;
- Promoveu e protagonizou um *flashmob* de Natal, em 2014, no Centro Comercial Colombo;
- Participou num concerto com o Quarteto Costa, interpretando obras de Mozart, Haendel e Puccini;
- Promove, anualmente, o Encontro de Coros da Cidade, o Concerto de Aniversário, o Concerto de Outono e os Cantares ao Menino em colaboração com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
- Promoveu, no decorrer do ano de 2012, as Vocalidades 2012, ciclo de concertos comemorativo dos 25 anos de existência do grupo;

Ho que Sofia

- Do seu extenso reportório fazem parte peças populares e eruditas, de origem sacra e profana, tantos nacionais como estrangeiras, das mais diversas épocas e escolas;
- Os 40 cantores, que dão corpo e voz ao Coral de S. Domingos, são todos naturais de Montemor-o-Novo e, embora tenham seguido as mais diversas profissões, continuam a encontrar no grupo a que pertencem mais uma forma de realização pessoal e colectiva.

O Primeiro-ministro português António Guterres declarou o Coral de S. Domingos Instituição de Utilidade Pública, por despacho de 27 de Setembro de 2000